

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO	<div>Estado de Rondônia Assembleia Legislativa 28 FEV 2023 Protocolo: 06/23</div>	PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº	06/23
	AUTOR: MESA DIRETORA		
<p>Dispõe sobre a criação e a percepção de jetons no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia</p> <p>A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 11 do Regimento Interno, resolve:</p> <p>Art. 1º Fica instituída a percepção de jetons a parlamentar, servidor ocupante de cargo efetivo, comissionado e cedido, bem como a terceiros especialmente convocados, pelo comparecimento e participação em reuniões e conselhos deliberativos, grupos de trabalho e comissões de apoio criadas por ato da Mesa Diretora para atividades extraordinárias e atípicas no âmbito da Assembleia Legislativa.</p> <p>§ 1º Por jetons entende-se como verba de natureza indenizatória, condicional, transitória e circunstancial, tendo como finalidade minimizar os eventuais prejuízos decorrentes da ausência de atividades remuneradas, além de retribuir pecuniariamente as despesas geradas para a efetiva e exclusiva participação.</p> <p>§ 2º Ato da Mesa Diretora poderá criar funções especiais adicionais extraordinárias e atípicas que correspondam a um encargo público com a missão de assumir responsabilidades que extrapolam os limites das funções usuais, as quais também serão remuneradas por jetons.</p> <p>Art. 2º O efetivo pagamento dos jetons somente ocorrerá após a certificação da presença do beneficiário com registro em ata e/ou com a respectiva assinatura nas atas das reuniões colegiadas, além da comprovação do desempenho das atividades realizadas.</p> <p>Art. 3º É vedada a participação dos membros elencados no artigo 1º desta Resolução em mais de uma reunião, grupo de trabalho, comissão de apoio ou conselho deliberativo de forma concomitante.</p> <p>Art. 4º O pagamento de jetons a servidor pela participação em órgão de deliberação não caracteriza o acúmulo ilícito de cargos vedado pelo artigo 37, inciso XVII, da Constituição Federal.</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



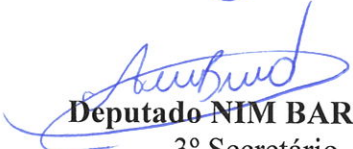


PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº
	AUTOR: MESA DIRETORA		
<p>Art. 5º O jeton não se incorporará, para nenhum efeito, à remuneração ou vencimento do servidor.</p> <p>Parágrafo único. Não haverá incidência de contribuição previdenciária e o montante percebido não será computado para fins de aposentadoria.</p> <p>Art. 6º O pagamento de jeton não caracteriza vínculo empregatício aos membros que não sejam servidores públicos.</p> <p>Art. 7º A Secretaria-Geral deverá publicar no Diário Oficial do Poder Legislativo relatório mensal dos pagamentos realizados a título de jetons.</p> <p>Art. 8º O valor nominal, as condições e as limitações relacionadas a percepção dos jetons serão fixadas por Ato da Mesa Diretora.</p> <p>Art. 9º O Coral da Assembleia Legislativa, instituído pela Resolução nº 527, de 16 de fevereiro de 2023, quando convocado, será indenizado por meio de jetons.</p> <p>Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas, se necessário.</p> <p>Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 28 de fevereiro de 2023.</p>			
<p style="text-align: center;">Deputado MARCELO CRUZ Presidente</p> <p>Deputado JEAN OLIVEIRA 1ª Vice-Presidente</p> <p>Deputado RIBEIRO DO SINPOL 2ª Vice-Presidente</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº
	AUTOR: MESA DIRETORA		
<div><div> Deputado CIRONE DEIRÓ 1º Secretário</div><div> Deputado JEAN MENDONÇA 2º Secretário</div><div> Deputado NIM BARROSO 3º Secretário</div><div>Deputado ALEX REDANO 4º Secretário</div></div>			



Assimilado Legislativo do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº
	AUTOR: MESA DIRETORA		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Nobres Pares,</p> <p>A presente Resolução tem o objetivo de regulamentar norma que disciplina a concessão de verbas indenizatórias, notadamente sobre os jetons, aos parlamentares, servidores públicos efetivos e comissionados, cedidos e terceiros especialmente convocados para a participação colegiada em grupos de trabalho, comissões de apoio, reuniões e conselhos deliberativos.</p> <p>A proposta permite a Assembleia Legislativa remunerar os membros da equipe de apoio, por meio do pagamento de jeton, quando da efetiva participação e atuação em sessões voltadas, exclusivamente, para deliberações da equipe de apoio.</p> <p>O pagamento será devido por sessão ou reunião ordinária do órgão colegiado para tratar exclusivamente de deliberações.</p> <p>Na linha da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, observa-se ainda o dever do setor administrativo em proceder a publicação no Diário Oficial de relatório concernente ao pagamento de jetons, bem como a vedação para retribuição pecuniária de servidor que esteja em mais de um conselho, grupo ou conselho.</p> <p>Além disso, há dispositivo que veda a incorporação de jetons à remuneração do servidor, bem assim a não incidência de contribuição previdenciária sobre tais retribuições.</p> <p>Assim, os valores a serem definidos a título de jetons reservam-se a indenizar o custeio de despesas ocorridas no desempenho da função pública, e ou para cobrir despesas com hospedagem, alimentação e locomoções urbanas a fim de restituir os membros e colaboradores pelas eventuais perdas financeiras provocadas pelo afastamento de suas atividades remuneradas, inclusive as despesas materiais para cumprimento da designação ou função.</p> <p>Diante dos motivos expostos, contamos com o apoio e o voto dos Nobres Pares para aprovação desta proposição.</p>			